

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM MILHARES DE REAIS					
Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS					
Balanços patrimoniais em milhares de reais					
Ativo	2024	2023	Passivo e Patrimônio Social	2024	2023
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	369.758	361.665	Fornecedores	4.627	2.226
Contas a receber de cliente (Nota 5)	1.963	2.230	Obrigações fiscais e trabalhistas (Nota 7)	6.286	5.931
Adiantamentos a funcionários	749	720	Dépósitos judiciais e Refis (nota 8)	155	61
Adiantamentos a fornecedores	146	206	Adiantamentos de clientes (Nota 9)	7.641	7.375
Outros ativos Circulantes	3.244	74		18.709	15.593
	375.860	364.895			
Não circulante			Não circulante		
Depósitos judiciais (Nota 10)	2.849	2.894			
Imobilizado (Nota 6)	411.740	395.525	Provisão para contingências (Nota 10)	6.498	6.839
Intangível	2	3		6.498	6.839
	414.591	398.422			
			Patrimônio Social (Nota 11)		
			Patrimônio	465.066	438.582
			Fundos Patrimoniais	7.276	6.790
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	292.902	295.513
				765.244	704.885
Total do Ativo	790.451	763.317	Total do Passivo	790.451	763.317
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.					

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023 EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA		
	2024	2023
Receitas de prestação de serviços, líquidas (Nota 12)	84.418	83.475
Custos Serviços Prestados (Nota 13)	(80.304)	(74.937)
Superavit/Déficit Bruto	4.114	8.538
RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(14.645)	(20.836)
Despesas Tributárias	(104)	(125)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, líquidas (Nota 15)	1.956	8.855
	(12.793)	(12.106)
DÉFICIT OPERACIONAL	(8.679)	(3.568)
RESULTADO FINANCEIRO (Nota 16)	34.360	39.534
Receitas Financeiras	(1.809)	(261)
Despesas Financeiras	32.551	39.273
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	23.872	35.705
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO SOCIAL - EM MILHARES DE REAIS						
	Patrimônio Social	Comunicação de Bens	Fundos			Total
			Previdência	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit acumulado	
Saldos em 31.12.2022	360.490	1.264	5.192	337.899	-	704.846
Realização de reserva por depreciação	42.388	-	-	(42.388)	-	-
Transferência para Fundo de Previdência	-	-	360	-	-	360
Transferência do Fundo de Comunicação de Bens para Patrimônio	-	(26)	-	-	-	(26)
Superávit do Exercício	-	-	-	-	35.705	35.705
Incorporação do superávit ao Patrimonio Social	35.705	-	-	-	(35.705)	-
Saldos em 31.12.2023	438.583	1.238	5.552	295.511	-	740.885
Realização de reserva por depreciação	2.611	-	-	(2.611)	-	-
Transferência para Fundo de Comunicação de Bens	-	85	-	-	-	85
Transferência para Previdência	-	-	401	-	-	401
Superávit do Exercício	-	-	-	-	23.872	23.872
Incorporação do superávit ao Patrimonio Social	23.872	-	-	-	(23.872)	-
Saldos em 31.12.2024	465.066	1.323	5.953	292.900	-	765.244

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E DE 2023 EM MILHARES DE REAIS EM MILHARES DE REAIS		
Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Superavit/ Déficit do Exercício	23.873	35.705
BaixaLíquida de Imobilizado	437	35.369
Depreciação e Amortização	6.408	12.309
Provisão para Contingências	(341)	1.060
	30.377	84.443
Variações nos Ativos e Passivos		
Diminuição (Aumento) de contas a receber	267	(420)
Diminuição (aumento) de adiantamentos a funcionários	(29)	41
Diminuição (aumento) de adiantamentos a fornecedores	60	135
Diminuição (aumento) de demais	(3.170)	33
Diminuição (aumento) de depósitos judiciais	45	(29)
Aumento (diminuição) de fornecedores	2.401	1.470
Aumento(diminuição) de obrigações fiscais e trabalhistas	355	630
Aumento(diminuição) refis	94	(12)
Aumento (diminuição) de adiantamentos de clientes	266	(1.277)
Disponibilidades Líquidas geradas pelas atividades operacionais	30.666	85.014
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adição do Imobilizado e Intangível	(23.059)	(8.363)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de investimentos	(23.059)	(8.363)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento(diminuição) de reservas patrimoniais	486	334
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	486	334
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	8.093	76.985
Demonstração da variação do caixa e equivante de caixa		
No início do período	361.665	284.680
No fim do período	369.758	361.665
Aumento(Diminuição) do caixa e equivalente de caixa	8.093	76.985

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024 E DE 2023 EM MILHARES DE REAIS EM MILHARES DE REAIS	
1- CONTEXTO OPERACIONAL	
A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS é uma associação civil, de direito privado, sem fins econômicos, filantrópica de caráter beneficente, de assistência social, educacional, cultural e religiosa, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob o n° 77.113/52, em 10 de novembro de 1952.	
Fundada em 29 de dezembro de 1914 pela Congregação das Filhas de Jesus na cidade de Bragança Paulista, Estado de São Paulo, atualmente, esta associação civil tem sua sede localizada na cidade de Belo Horizonte – MG e congrega juridicamente, conforme disposição do Direito Canônico, todos os membros da Congregação Filhas de Jesus no Brasil, que tenham votos perpétuos.	
Tem por objetivos a criação, incorporação, congregação, direção, manutenção e desenvolvimento de instituições ou qualquer outra atividade que se enquadre em suas finalidades institucionais e sociais, visando à beneficência, à promoção humana, à educação, à cultura, à evangelização e à assistência social.	
A consecução de seus objetivos é realizada através de recursos próprios originários da atividade educacional da pré-escola ao ensino médio. A Sociedade atua também com locação de bens imóveis e gestão de ativos financeiros, cujo resultado é totalmente revertido para o atendimento de suas ações.	
Os diretores, conselheiros, associados, instituidores ou equivalentes, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhe sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.	
Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras, os recursos da Sociedade são integralmente aplicados em suas finalidades institucionais e integralmente no território nacional.	
2- APRESENTAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
2.1 Declaração de Conformidade	
As demonstrações financeiras da Sociedade são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mais especificamente as disposições da ITG 2002 – Entidades sem fins lucrativos.	
2.2 Bases de Elaboração	
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.	
2.3 Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas	
A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras.	
Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para crédito de liquidação duvidosa), (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e, (iii) contabilização de provisões.	
A Sociedade revisa suas estimativas e premissas de forma contínua, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se causarem impacto apenas nesse período ou, também, em períodos posteriores, se o impacto for sobre o período futuro.	

2.4 Moeda funcional e apresentação		
A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas para a casa de milhar mais próxima.		
A administração da Sociedade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em Março de 2025.		
3- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS		
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.		
a) Apuração do resultado		
O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. As receitas e despesas da Sociedade são apropriadas com base em documentos que atendem às exigências legais e fiscais.		
b) Caixa e equivalentes de Caixa		
Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de liquidação diária, e com risco insignificante de mudança de valor.		
c) Ativos financeiros		
A Sociedade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.		
d) Contas a receber de clientes		
As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação do serviço de ensino. Sendo o prazo de recebimento equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.		
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.		
e) Imobilizado		
Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as escolas e escritório da Sociedade. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.		
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.		
Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:		
Classe	Taxa por ano	Anos
Edifícios	2,5 a 4%	25 a 40
Benfeitorias	4%	25
Móveis e utensílios	10%	10
Veículos	10%	10
Outros	10% a 20%	10 a 20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.		
O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (nota 6).		
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos (perdas)”, liquidos” na demonstração do resultado.		
Em 01 de janeiro de 2012 a entidade adotou o custo atribuído as classes de terrenos e edifícios. Os valores foram lançados nas respectivas contas contábeis contra reserva de Ajuste a Avaliação Patrimonial no Patrimônio Social.		
Os valores identificados como depreciação deste custo são reclassificados da conta de resultado para a conta de reserva amortizando a mesma.		
f) Ativos intangíveis		
As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.		
Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.		
g) Impairment de ativos não financeiros		
Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de <i>impairment</i> sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por <i>impairment</i> é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.		
Para fins de avaliação do <i>impairment</i> , os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa).		
Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustado por <i>impairment</i> , são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.		
h) Contas a pagar aos fornecedores		
As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.		

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.	
i) Provisões	
As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.	
Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.	
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.	
j) Patrimônio Social	
O Patrimônio Social é formado pelos bens constituídos inicialmente, agregados pelos resultados da atividade operacional realizados durante sua existência. Além disso, esse patrimônio é composto por fundos voltados à constituição de reservas destinadas ao reinvestimento em obras e atividades pontuais.	
k) Reconhecimento da receita	
A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.	
A Sociedade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade , conforme descrição a seguir. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos.	
k.1) Vendas de serviços	
A Sociedade vende serviços de educação. Esses serviços são prestados com base no tempo incorrido e em contrato de preço fixo. Os períodos dos contratos, geralmente são de um ano.	
K.2) Receita financeira	
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.	

I) Imunidade		
A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS, instituição de educação e de assistência social, está em pleno gozo da imunidade tributária aos impostos e contribuições sociais, conforme estipula a Constituição Federal de 1.988.		
No tocante às contribuições sociais a jurisprudência constitucional do STF já identificou, na cláusula inscrita no art. 195 § 7 da Constituição Federal a existência de uma típica garantia de IMUNIDADE (e não de simples isenção) estabelecida em favor das Entidades beneficentes de assistência social - Precedente RTJ 137/965 (RMS 22.192 de 27/11/1995).		
m) Arredondamentos		
Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.		
4- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa podem ser demonstrados como segue:		
	2024	2023
Recursos em Caixa e Banco conta Movimento	494	528
Aplicação Financeira Curto prazo	369.262	361.137
Total	369.758	361.665
O saldo em aplicações financeiras cujo vencimento na data do balanço patrimonial é igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que não possuem risco de variação significativa de valor, em caso de resgate antecipado, é classificado como caixa e equivalentes de caixa.		

5- CONTAS A RECEBER DE CLIENTES		
As contas a receber individualmente referem-se principalmente as mensalidades escolares dos alunos. Em 31/12/2024 o saldo está assim representado:		
	2024	2023
Contas a receber	9.893	9.711
(-) Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(7.930)	(7.481)
Total	1.963	2.230
Em 31 de dezembro de 2024 o valor total de contas a receber de clientes no montante de R\$9.983 mil (2023 - 9.711) estava devidamente registrado ao seu valor de realização, por meio do registro de uma provisão no montante de R\$7.930 mil (2023 - R\$7.481 mil).		

A Sociedade conservadoramente constitui provisão para eventuais perdas em contas a receber, calculada com base em todo o saldo em aberto de alunos que ainda não tenham efetuado negociação de seus débitos. Na avaliação da administração, uma parcela das contas a receber devem ser recuperadas quando das renegotiações no ano subsequente das mensalidades em atraso .	
--	--

6- IMOBILIZADO	Saldos em: 31/12/2023	Adição	Movimentação Baixa	Transferência	Saldos em: 31/12/2024
<u>Bens Imóveis</u>					
Terrenos	298.245	-			298.244
Edifícios	72.359	435			72.794
Benfeitorias	59.000	707		5.993	65.700
Instalações	8.610	1.270		(477)	9.403
Praças de Esportes	2.102	18			2.120
	440.317	2.430		5.516	448.261
<u>Bens Móveis</u>					
Aparelhos de Som e Comunicação	1.975	209	(2)		2.182
Biblioteca	568	34			602
Laboratório	194	5			199
Máquinas de Escritório	471				471
Móveis e Utensílios	6.195	1.032	(13)		7.214
Veículos	1.257		(208)	39	1.088
Computadores e periféricos	3.471	227	(9)		3.686
Máquinas e Equipamentos	968	266	(1)		1.233
	15.099	1.773	(233)	39	16.668
<u>Direitos de uso</u>					
Jazigo	6	-	-	-	6
Software	808				808
Direitos Autorais	2				2
	816				816
<u>Imobilizado em Processo</u>					
Imobilizado em Processo	1.674	18.855		(5.516)	15.013
	1.674	18.855		(5.516)	15.013
Imobilizado Total	457.094	23.058	(233)	39	480.770
(-) Depreciação					
Imobilizado	(61.571)	(6.408)	(193)	(51)	(68.030)
Imobilizado	395.525	16.650	(426)	(12)	411.744

7- OBRIGAÇÕES FISCAIS E TRABALHISTAS

	2024	2023
Provisão de Férias	4.633	4.368
Outros	1.653	1.563
Total	6.286	5.931

8- REFIS A RECOLHER

A Sociedade aderiu ao programa de refinanciamento referente a débitos anteriores relacionados à COSIP e sinistro cujo prazo de pagamento é previsto a ocorrer até 2025 valor de 155 mil.

9- ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2024	2023
Recebimentos antecipados (matrículas e mensalidades)	7.581	7.305
Recebimento de material de ensino e outros rec. Antecipados	60	70
Total	7.641	7.375

Esses saldos referem-se essencialmente a antecipações de matrículas e mensalidades dos alunos referentes ao exercício de 2025.

10- PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Sociedade, por força de suas atividades operacionais e sociais, é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada na opinião de seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue: Contingências trabalhistas e previdenciárias correspondem a R\$6.498 Mil em 2024 (R\$ 6.839 Mil em 2023). Além de haver 318 mil de depósito caução e 70 mil de INSS sobre férias. A Entidade possui ainda quatro processos com possibilidade de perdas possíveis no montante de 500 mil.

O depósito judicial constituído no montante de R\$2.849 mil refere-se a uma autuação referente ao recolhimento de PIS a empregados dos quais a possibilidade de perda é remota, fato pelo qual não está constituída provisão para este risco. As despesas de provisão são reconhecidas no resultado no grupo de despesas administrativas. Além de haver R\$ 318 mil de depósito caução e R\$ 70 mil de INSS sobre férias. A entidade possui ainda quatro processos com possibilidade de perdas possíveis no montante de R\$ 500 mil.

11- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Social da Sociedade é formado pelos bens constituídos inicialmente, agregados pelos resultados da atividade operacional realizados durante sua existência.

O Patrimônio é composto, também, por Fundos destinados a fins determinados, tais como a sustentação financeira de obras e escolas para a população carente, como ao reinvestimento em obras, escolas e atividades pontuais, segundo os objetivos estatutários da Sociedade, assim definidas como prioridade pelo Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscais, instância estatutária deliberativa da Sociedade.

A dotação anual dos Fundos e o limite de capitalização dos mesmos são aprovados pela Diretoria da **Sociedade**, de acordo com as necessidades planejadas em orçamento, mediante parecer do Conselho para Assuntos Econômicos e Fiscal – CAEF.

Toda e qualquer movimentação de destinação de recursos observa e atende a determinação legal e estatutária de aplicação desses valores nas finalidades institucionais da Entidade.

a) Fundos:

a.1) Fundo de Comunicação de Bens Comunidades

O Fundo de Comunicação de Bens Comunidades está destinado a cobrir eventuais necessidades de manutenção das associadas.

a.2) Fundo de Previdência

O Fundo de Previdência destina-se a garantir manutenção das associadas em suas necessidades e cuidado com a saúde, sobretudo as idosas e enfermas que, ao longo de sua vida dedicaram todos os seus esforços ao cumprimento dos objetivos da Sociedade, e que, consequentemente, tem definido no estatuto o direito ao amparo e ajuda. (conf Art 12 "b" Estatuto Social).

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se a contrapartida do registro de custo atribuído ao imobilizado em reavaliação imobiliária realizada pela Sociedade em 01 de janeiro de 2012. A movimentação ocorre pela depreciação dos bens durante o Exercício, bem como pela alienação de bens que tenham recebido alguma atribuição de custo.

c) Superávit / Déficit do exercício:

O valor apurado na confrontação entre as receitas e despesas do exercício é registrado nessa rubrica até a aprovação pela Assembleia, quando é transferido para o Patrimônio Social.

As modificações e a composição do Patrimônio Social estão expressas na Demonstração das Mutações do Patrimônio.

12- RECEITAS DE VENDA DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

	2024	2023
Mensalidades	88.424	84.359
Contribuições. Donativos e convênios	2.077	4.754
Demais atividades extracurriculares	5.529	4.730
Material de ensino	7.751	6.471
Gratuidades Educacionais (a) (d)	(13.108)	(8.848)
Gratuidades – Bolsa institucional (a)	(6.255)	(7.993)
Total	84.418	83.475

(a) Acerca da renovação do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social e da imunidade tributária de Contribuições Sociais concedida à SEIAS.

A administração da SEIAS, com base no parecer de sua Assessoria Jurídica tributária entende que essa entidade encontra-se em pleno gozo da imunidade tributária, uma vez que apresentou tempestivamente os requerimentos de renovação do certificado CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social para os triênios 2013/2015, 2016/2018, 2019/2021 e 2022/2024, mesmo estando todos estes processos pendentes de análise final, e portanto sem os respectivos retornos acerca de suas aprovações.

A administração entende ainda que para o exercício de 2025 não se faz necessário reconhecer em seus registros contábeis, a título de contingente quaisquer passivos referentes às contribuições sociais (Pis sobre folha e INSS parte patronal) apesar da entrada em vigor da Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a necessidade de se possuir certificado anterior à referida Lei com validade ainda vigente, para fins de gozo da imunidade tributária relativa às contribuições sociais, uma vez que os processos de requerimento de renovação estão em fase de apreciação, acerca dos quais, a decisão retroagirá à data do requerimento.

Ademais, a Súmula 612 do C. STJ determina que os efeitos da renovação retroagem à data do Requerimento, de modo que não há que se falar que a SEIAS não possuiu certificado renovado para o período 2022/2024, 2025/2027 uma vez que o mesmo já se encontra no MEC para análise, o que por si só, é suficiente para o gozo da imunidade até que se tenha decisão do processo administrativo.

Além da comprovação do CEBAS renovado ou em fase de renovação o que lhe garante os benefícios da imunidade tributária de contribuições sociais, a entidade tem ainda o reconhecimento judicial da sua imunidade de contribuições sociais, através da Ação Declaratória de Imunidade da Contribuição do Programa para a Integração Social – PIS, Autos nº 0025494-40.2003.4.01.3800 (2003.38.00.025485-0), e seu apenso referente a Medida Cautelar para Suspensão da Exigibilidade do Tributo, Autos nº 002218-26.2006.4.01.0000 (2006.01.00.002287-2), destacando em suma que a Sentença de 1º grau, julgou procedente a ação para declarar a imunidade da autora referente à contribuição do PIS, sendo que a mesma foi confirmada pelo E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que proferiu o v. acórdão negando provimento à apelação e a remessa oficial.

(b) Resumo das Ações Beneficentes / Filantrópicas

Abaixo apresentamos a síntese das ações realizadas, bem como o esforço financeiro para sua execução:

	2024	2023
Gratuidades Educacionais – Bolsa de Estudos 100% (a.1)	11.930	4.102
Gratuidades Educacionais – Bolsa de Estudos 50% (a.2)	1.178	4.746
Gratuidades Educacionais – CCT/ Institucional (a.3)	6.255	7.993
	19.363	16.841

(a.1) Montantes referentes a bolsas integrais estabelecidas conforme critérios de concessão de gratuidades determinados por estudos socioeconômicos realizados por profissional do Serviço Social e Administração Geral.

(a.2) Montantes referentes a bolsas parciais estabelecidas conforme critérios de concessão de gratuidades determinados por estudos socioeconômicos realizados por profissional do Serviço Social e Administração Geral.

(a.3) gratuidades concedidas pela CCT (Convenção Coletiva de Trabalho) / Institucional.

(c) Demonstrativo de gratuidade

	2024	2023
Receita de Mensalidades Escolares	69.061	67.250
Gratuidades com 50% MEC	1.178	4.746
Gratuidades com 100% MEC	11.930	4.102
Total das Gratuidades Educacionais	13.108	8.848
% das Gratuidades das bolsas de estudo	19%	13%

(d) Demonstrativo da Concessão de Bolsas Integrais - Critérios Matemáticos

	2024	%	2023	%
Total de alunos pagantes	3.917		4.597	
Bolsas integrais concedidas	1135	29%	524	11%
Bolsas parciais em pares	73	2%	402	9%
Total de Bolsas concedidas	1.208	31%	926	20%

Considerando a Lei Complementar nº 187 de 16/12/2021 no Artigo 20 e o Decreto nº 11.791 de 21/11/2023 no Artigo 55, referente à concessão anual de bolsas de estudos na proporção de 1 (uma) Bolsa Integral para cada 5 alunos pagantes, a Associação, concedeu 783 bolsas integrais previstas nesta proporção. Além da proporção estabelecida em lei, considerando a aferição de critérios socioeconômicos, concedeu outras 352 bolsas integrais e 73 pares de bolsas parciais, totalizando um montante de 1208 bolsas integrais. Tal aporte representa um percentual de 19% da receita revertido em gratuidades educacionais beneficentes concedidas.

A entidade, por sua natureza filantrópica e sem finalidades lucrativas, usufrui ainda da isenção e imunidade das contribuições previdenciárias em relação à quota patronal, terceiros e RAT, devidas ao Instituto de Previdência do Seguro Social (INSS). Essas isenções e imunidades são registradas e contabilizadas para fins de demonstração, não impactando nos resultados econômicos.

13- CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	2024	2023
Pessoal	54.181	50.531
Depreciações e Amortizações	6.356	6.209
Encargos sobre Folha	4.915	4.364
Benefícios	3.431	3.050
Atividades Extracurriculares	597	523
Despesas de Materiais	5.616	6.007
Monitoramento e Segurança patrimonial	2.703	1.916
Luz	1.018	949
Água	895	704
Outros	592	684
Total	80.304	74.937

14- DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Despesas técnicas	3.438	9.381
Despesas de Materiais e serviços	3.236	3.390
Despesas gerais	5.854	5.188
Prov. Crédito Liquidação Duvidosa	1.095	923
Outros	1.022	1.954
Total	14.645	20.836

15- OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2024	2023
Receita de aluguel	3.376	3.057
Venda de ativo permanente	155	48.611
Outras receitas	154	173

Total Outras receitas

Perdas no recebimento de créd/serviços	(1)	-
Baixa de Ativo Imobilizado	(4)	(41.445)
Outras despesas	(1.724)	(1.541)
Total Outras despesas	(1.729)	(42.985)

Outras (despesas) operacionais

	1.956	8.855
--	-------	-------

16- RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Rendimentos Aplicações financeiras	32.670	37.829
Demais receitas financeiras	1.691	1.705
	34.360	39.534

Despesas bancárias

Receitas financeiras líquidas

	(1.809)	(261)
	32.551	39.273

17- ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

17.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Sociedade, que identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:

A Sociedade tem ativos significativos que incidem juros, dentre eles destacam-se aplicações financeiras e alguns acordos para recebimento de mensalidades em atraso para os quais são consideradas taxas de juros, normalmente aplicadas no mercado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Sociedade. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Sociedade mantinha fundos de curto prazo de R\$369.758 (2023- R\$361.665)

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

18- SEGUROS

A Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social – SEIAS adota a política de controlar seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

MARIA JOSÉ ALVES MACHADO
DIRETORA TESOUREIRA
CPF-220.643.036-34

Michelle Madureira Teixeira
CONTADORA-CRC/109.215/0-9
CPF-013.703.146-71

PARECER DO CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL – CAEF DA SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEIAS RELATIVO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FISCAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL - CAEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Capítulo IV do Título III, artigo 35º, incisos "e" e "g" do Estatuto Social da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS, reuniu-se no dia 28 de março de 2025 às 08h00 na Casa Santíssima Trindade, situada na Rua Madre Cândida, nº 241 bairro Vila Paris em Belo Horizonte – Minas Gerais, com o objetivo de efetuar a análise das contas e demais relatórios de natureza econômica e contábil, da Sociedade de Educação Integral e de Assistência Social - SEIAS , relativos ao Exercício Fiscal iniciado em 01/01/2024 e findo em 31/12/2024.

Da análise dos Relatórios Contábeis apresentados pela Gerência de Sustentabilidade e Finanças da SEIAS, bem como dos Relatórios da Auditoria Independente "Bauer Auditores Associados" e ainda com base nos esclarecimentos da Gerência Geral da SEIAS, este CAEF apresenta seu **PARECER**:

1. O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL - CAEF, da SEIAS, é de **PARECER FAVORÁVEL** à aprovação das contas apresentadas nas Demonstrações Contábeis relativas ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

2. Os lançamentos contábeis estão em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

3. O CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL - CAEF, da SEIAS, parabeniza a Diretoria Geral pela brilhante condução da Governança, oportunizando a consecução dos objetivos estatutários e institucionais, na missão que lhe é confiada.

Pelo exposto, o CONSELHO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCAL - CAEF, firma o presente parecer.

1ª Conselheira: Vera Lúcia Ladeia Ramos – CPF: 500.195.386-34;

2ª Conselheira: Maria Estelita Marques de Sousa – CPF: 748.466.806-06;

3ª Conselheira: Gislene Paulina Pinto – CPF: 280.190.166-00;

4ª Conselheira: Maria de los Angeles Sebastián Martínez – CPF: 866.584.688-34

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS As Senhoras Administradoras Conselheiras da SOCIEDADE DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEIAS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sociedade de Educação Integral e Assistência Social - SEIAS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade de Educação Integral e Assistência Social - SEIAS em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis" Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Parágrafo de Ênfase

Conforme descrito mais detalhadamente na nota explicativa 12.a, não obstante a SEIAS ter apresentado de forma tempestiva os requerimentos de renovação de seus Certificados de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, referentes aos triênios 2013/2015, 2016/2018, 2019/2021 e 2022/2024, estes processos ainda estão em fase de apreciação pelas autoridades executivas certificadoras, sem os respectivos retornos acerca de suas aprovações. Amparada na opinião de seus assessores jurídicos, a administração da entidade, entende que a SEIAS se encontra no exercício de 2024 em pleno gozo da imunidade tributária relativa a contribuições sociais, mesmo com a entrada em vigor da Lei Complementar 187/2021 que dispõe como requisito para fins de imunidade relativa às contribuições sociais, a existência de certificado válido com data anterior à referida Lei, uma vez que possui requerimentos de renovação para os períodos citados, mesmo que ainda pendentes de apreciação. Reforça esse entendimento, a Súmula 612, do C.STJ, a qual prevê que os efeitos da renovação, quando finalizados, serão retroativos à data do requerimento. Portanto, a administração entende não ser necessária a constituição de quaisquer provisões passivas a título contingente no que diz respeito às contribuições sociais, que possam ser requeridas na eventualidade de resultado desfavorável dos pedidos de renovação. Não nos foi possível mensurar os efeitos relacionados e nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2023

As demonstrações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes, os quais emitiram parecer sem ressalvas e com a mesma ênfase acima em 25 de março de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte MG, 19 de março de 2025.

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRCMG 6427

FÁBIO EDUARDO DE ALMEIDA BAUER
Contador Responsável
CRC MG 077699/O